

46



GOVERNO DE  
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO  
DO MINISTRO DA SAÚDE

*Dr. Carlos Vieira*

*02.01.2012*

Ao  
Alto-Comissariado da Saúde

*Regina Carmona*  
Médica  
Directora de Serviços de  
Coordenação Internacional

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência  
Entrada - 12264  
Processo - 231/2011

**ASSUNTO: Pedido de Alteração de Objectivos do QUAR 2011 - Inspeção-Geral das Actividades em Saúde**

Com referência ao vosso ofício n.º 1710, de 27.10.2011, que anexa o parecer de 19.10.2011, respeitante ao assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de comunicar o seguinte despacho:

"Concordo.  
16/12/2011  
a) Fernando Leal da Costa  
Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde"

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

(João Nabais)

/MS



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Saúde

*Comunicado*

*[Handwritten signature]*

16/12/2011

Fernando Leal da Costa  
Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

INFORMAÇÃO Nº 2011/\_\_\_\_\_

**ASSUNTO: Parecer - Pedido de alteração do QUAR 2011 – Inspeção-Geral das Actividades em Saúde**

**SUMÁRIO**

É feito o pedido de alteração de 3 objectivos do QUAR 2011 da Inspeção-Geral das Actividades em Saúde, no contexto da monitorização do primeiro semestre de 2011, após apreciação do ACS.

Considera-se que a alteração do objectivo 3 é substancial e de forma não justificada. Os objectivos 5 e 7 apresentam alterações consideradas pertinentes e vantajosas.

Dado o carácter extemporâneo da apreciação e a natureza das alterações propostas, sugere-se a homologação do parecer do ACS, informando da apreciação, para melhor clarificação de eventuais situações futuras.

**ÂMBITO**

No âmbito do SIADAP 1, da responsabilidade do ACS, tem sido prática a análise dos resultados semestrais de execução do QUAR e, se necessário, solicitar os eventuais pedidos de alteração de objectivos, indicadores e / ou metas, se justificado, a serem homologados pela tutela.

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA E ANÁLISE**

1) São solicitadas alterações aos seguintes objectivos:

a) Objectivo 3 – “Avaliar a qualidade e/ou a efectividade dos tratamentos realizados pelo médicos aderentes ao Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral”, com o indicador de número de médicos aderentes.

i) Justificando-se pelo alargamento da inspecção às clínicas e consultórios dentários (e não apenas aos médicos aderentes), em concordância com a proposta da DGS,

ii) propõe-se a substituição pelo seguinte objectivo: “Avaliar as condições de assepsia e higio-sanitárias de clínicas e consultórios dentários, incluindo aqueles onde médicos aderentes ao Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral realizem actividades”, com o indicador “número de clínicas e consultórios dentários fiscalizados, incluindo aqueles onde realizem actividade médicos aderentes ao PNPSO”, e uma meta para 2011 de 40 clínicas e consultórios dentários.

iii) **Análise:**

(1) Considera-se a alteração na população-alvo do objectivo pertinente e de natureza política;

(2) No entanto, a natureza da intervenção é substancialmente alterada, e de forma não justificada. Em concreto, enquanto o objectivo inicial incide sobre a avaliação da qualidade e/ ou efectividade dos tratamentos, o objectivo proposto incide sobre as condições de assepsia e higio-sanitárias de clínicas e consultórios dentários.

(3) Neste sentido, o objectivo proposto deveria ser “Avaliar a qualidade e/ou a efectividade dos tratamentos realizados por clínicas e consultórios dentários, incluindo aqueles onde médicos aderentes ao Programa



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Saúde  
Nacional de Promoção de Saúde Oral".

- b) Objectivo 5 – “Aumentar o número de auditorias disciplinares nos estabelecimentos hospitalares que não tenham sido auditados em anos anteriores, sem acréscimo dos encargos com deslocações [...]”.
- i) Justificando-se pela “pertinência do alargamento da intervenção a organismos e serviços tutelados pelo Ministério da Saúde”,
- ii) propõe-se o seguinte objectivo: “Aumentar o número de auditorias disciplinares nos organismos e serviços tutelados pelo Ministério da Saúde que não tenham sido auditados nos anos anteriores [...]”.
- iii) **Análise:**
- (1) Considera-se aceitável a intenção de um alargamento da intervenção. A justificação é, salvo melhor opinião, de natureza política.
- c) Indicador 8 – “Nº de adesão/ concordância ao Plano de melhorias por parte dos trabalhadores da IGAS”.
- i) Propõe-se a alteração para o objectivo “Garantir a implementação do modelo de auto-avaliação CAF em 80%”.
- ii) Justifica-se a implementação da CAF (Common Assessment Framework), cujo o objectivo é utilizar um instrumento validado de qualidade total para melhoria do desempenho.
- iii) **Análise:**
- (1) A alteração apresenta-se como justificada, pertinente e vantajosa.

**ANÁLISE CRÍTICA FINAL**

- 1) Das 3 alterações propostas, 2 configuram-se pertinentes e vantajosas. Uma alteração apresenta uma justificação pouco sustentada, sendo realizada em articulação com alterações da orientação programática por parte de outro organismo (DGS).
- 2) Dado o carácter extemporâneo da apreciação e a natureza das alterações propostas, sugere-se a homologação do parecer do ACS, informando da apreciação, para maior clarificação de eventuais situações futuras.

**ACÇÕES SUGERIDAS**

- 1) Enviar o ofício de resposta à DGS / ACS nos termos seguintes:

*Acusa-se o parecer sobre o pedido de alteração de objectivos do QUAR 2011, resultante da monitorização, efectuada no final do primeiro semestre, à Inspeção-Geral das Actividades em Saúde.*

*Agradecemos a análise efectuada, sobre o qual temos os seguintes comentários / sugestões:*

- 1) *Considera-se que a alteração o objectivo 3 é substancialmente alterada, e de forma não justificada. Em concreto, enquanto o objectivo inicial incide sobre a avaliação da qualidade e/ ou efectividade dos tratamentos, o objectivo proposto incide sobre as condições de assepsia e higio-sanitárias de clínicas e consultórios dentários. Neste sentido, o objectivo proposto deveria ser “Avaliar a qualidade e/ou a efectividade dos tratamentos realizados por clínicas e consultórios dentários, incluindo aqueles onde médicos aderentes ao Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral”. No entanto, seria extemporâneo a proposta de um outro objectivo.*
- 2) *Os objectivos 5 e 7 apresentam alterações consideradas justificadas, pertinentes e vantajosas.*

*Concorda-se com a homologação das propostas de alteração dos objectivos do QUAR 2011 da Inspeção-Geral das Actividades em Saúde*

Paulo Jorge Nicola

Assessor do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

**Data: 15 de Dezembro de 2011**